

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL  
CAMPUS DE ARAPIRACA  
UNIDADE DE ENSINO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS  
ESPECIALIZAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA**

**TELMA FAUSTINO DA SILVA**

**A (DES) CONSTRUÇÃO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO AMBIENTE  
ESCOLAR**

**PALMEIRA DOS ÍNDIOS**

**2016**

**Telma Faustino da Silva**

**A (des) construção das desigualdades de gênero no ambiente escolar**

**Artigo apresentado como requisito parcial para  
obtenção do grau de Especialista da  
Universidade Federal de Alagoas, Ufal, Campus  
de Arapiraca, Unidade Educacional de Palmeira  
dos Índios**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elvira Simões Barreto.**

**Palmeira dos Índios**

**2016**

**Telma Faustino da Silva**

**A (des) construção das desigualdades de gênero no ambiente escolar**

**Artigo apresentado como requisito parcial  
para obtenção do grau de Especialista da  
Universidade Federal de Alagoas, Ufal,  
Campus de Arapiraca, Unidade Educacional  
de Palmeira dos Índios**

**Data de Aprovação:**

**Banca Examinadora**

  
Prof.ª Dr.ª Elvira Simões Barreto  
Coordenadora Geral do Curso de Gênero e Diversidade na Escola  
GDE/UFAL

Elvira Simões Barreto  
Coord. NTMC  
SIAPE: 1121158

---

**Prof.ª Dr.ª Elvira Simões Barreto**  
**Universidade Federal de Alagoas – UFAL**  
**Campus A. C. Simões**  
**Orientadora**

# **A (DES) CONSTRUÇÃO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR**

**Telma Faustino da Silva<sup>1</sup>**  
**Elvira Simões Barreto<sup>2</sup>**

## **RESUMO**

O presente artigo busca discutir as desigualdades de gênero que perpassa o espaço educacional. O objetivo desse estudo suscita em identificar como as interferências conservadoras podem contribuir para a construção das desigualdades de gênero nas escolas. A hipótese desta pesquisa parte do pressuposto de que o âmbito escolar continua a manter convivência de conflitos e contradições, tendo em vista que materializa estereótipos e promove em seu âmbito ideologias dominantes que considera um grupo inferior ao outro em detrimento aos modelos conservadores da sociedade. Para conseguir alcançar os objetivos desse estudo utilizamos como procedimento teórico metodológico a abordagem crítico-dialético. A fim de cumprir o propósito da investigação, utilizou-se como base instrumental a pesquisa bibliográfica e documental ancorada em autores que debatem temas dessa natureza, tais como Finco (2013), Junqueira (2015), Lima (2012) e dentre outros. Conclui-se que a escola como unidade de formação de ensino e cidadania deve promover o despertar para o reconhecimento das diferenças, o respeito, a individualidade e ao direito de cada cidadão (a).

**Palavras-Chave:** Gênero. Escola. Desigualdade. Capitalismo.

## **ABSTRACT**

This article seeks to discuss gender inequalities that permeate the space educational. The goal of this study raises to identify as interference conservative can contribute to the construction of gender inequalities in schools. The hypothesis of this research assumes that the environment school continues to maintain coexistence of conflicts and contradictions, given that materializes stereotypes and promotes in its scope ideologies dominant that consider a group lower to another over the models conservative of society. To achieve the objectives of this stud used as procedure theoretical methodological the approach critical- dialectical. In order to fulfill the purpose of the investigation, it was used as the basis instrumental bibliographic and documentary research anchored by authors who discuss such topics such as Finco (2013), Junqueira (2015), Lima (2012) and others. It is conclude that the school as a training unit of education and citizenship must promote awakening to the recognition of differences, respect, individuality and the right of every citizen (a).

**Keywords:** Gender. School. Inequality. Capitalism

---

<sup>1</sup> Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Graduanda do Curso de Especialização em Gênero e diversidade na escola (UFAL). Especialista em Saúde Pública pela Faculdade de Ensino Regional Alternativa (FERA).

<sup>2</sup> Doutora em Jornalismo. Professora Adjunta da UFAL. Vice- coordenadora/pesquisadora do Núcleo Temático Mulher e Cidadania (UFAL).

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma discussão sobre as desigualdades de gênero que perpassa o espaço educacional. Tendo como objetivo identificar como as interferências conservadoras podem contribuir para a construção das desigualdades de gênero nas escolas.

Primeiramente, o interesse pela temática teve início no curso de Especialização em Saúde Pública, a partir da fase do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no qual debruicei em analisar as desigualdades de gênero nos serviços de saúde. Entretanto, a aproximação com a construção do objeto de estudo derivou com as atividades, os fóruns e especialmente com o projeto de intervenção do referido curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (UFAL). A construção desse estudo parte de duas inquietações que resultou em problematizar: De que forma os paradigmas impostos pela sociedade patriarcal, sexista e desigual encontra-se relacionados à educação? Como as relações de desigualdades de gênero permeiam as práticas escolares?

A hipótese desta pesquisa parte do pressuposto de que o âmbito escolar continua a manter convivência de conflitos e contradições, uma vez que reconstrói estereótipos e promove em seu âmbito ideologias dominantes que faz jus aos modelos societários.

O procedimento metodológico desse estudo recorre inicialmente à pesquisa exploratória, pois a mesma proporciona maior familiaridade com a problemática pesquisada com vistas a colher análises e posteriormente instituir informações que possam subsidiar na construção das hipóteses (PINTO, 2015).

Para tanto, trata-se de um estudo que tem como base de fundamentação a perspectiva crítica do materialismo histórico-dialético, no qual possibilita desvendar o real a partir dos mecanismos de mediações, ou seja, busca ir além da aparência dos fatos até encontrar a sua real essência, vai dar singularidade dos acontecimentos a sua particularidade e da particularidade a singularidade. Sendo assim, contribuiu para que pudéssemos desvelar a totalidade das desigualdades no ambiente escolar e romper com as questões naturalizadas em torno da acenada temática.

A pesquisa consiste em um embasamento de natureza qualitativa, para Richardson (1999, p. 80) “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”. Como procedimento metodológico utiliza-se também a pesquisa bibliográfica e documental. Cabe ressaltar a

contribuição de autores que relatam sobre a referida temática, tais como Finco (2013), Junqueira (2015), Lima (2012) e dentre outros.

Sendo assim, é fundamental dar visibilidade para as questões de gênero na educação para que possamos romper com essa lógica exacerbada das desigualdades entrelaçadas em nosso cotidiano social. Através da desconstrução de tais práticas que podemos eliminar esse ciclo orquestrado de oposições binárias possibilitando um novo direcionamento para a multiplicidade e as diferenças.

## **2 GÊNERO E EDUCAÇÃO: OS DISCURSOS DE PODER NA ASCENSÃO DO CAPITALISMO**

As transformações sociais que vem materializando a reestruturação do capitalismo em nossa sociedade não se configuram de modo hegemônico, mas são permeadas por desigualdades, repressões e violência em seu contexto sociohistórico e nas relações sociais. Essa conjuntura se constitui como um dos principais pilares de força do sistema neoliberal para demarcar contra valores eminentes do patriarcalismo/machismo a homens e mulheres.

Nessa lógica de reestruturação a educação é atingida pelos interesses da classe dominante, na medida em que suas instituições como um espaço privilegiado dos discursos societários prisma para reforçar triplicações machistas e preconceituosas. É um processo que ocorre de forma minuciosa e silenciada, podemos elucidar sua visibilidade no material pedagógico que a unidade educacional expõe, na linguagem e especialmente na relação educador-alunado.

Ao ingressar no âmbito de ensino o indivíduo é designado a seguir normas conservadoras e costumes culturais, simbólico e hierárquico pré-estabelecido pela instituição sob o viés das representações sociais que operam o binômio dominação/ opressão determinando como os indivíduos do sexo masculino e os do sexo feminino devem se comportar, demonstrar suas atitudes, emoções e sentimentos. Conforme Scott; Lewis e Liana (2009, p.27):

O questionamento das desigualdades sociais e das diferenças que continuariam sendo acentuadas na convivência escolar ganha, então relevo, sendo a violência simbólica, aquela implícita no currículo, nas prioridades na ação pedagógica ou a real, explicitada nos atos de discriminação, preconceito, rejeição, suas expressões mais visíveis.

Para analisar como cogita esse contexto de desigualdades entre homens e mulheres é fundamental compreendermos o que significa a categoria gênero dentro desse processo. Para Scott (1995, p.75, grifo da autora) gênero é: “[...] uma forma de indicar ‘construções

culturais’ - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e as mulheres. Trata-se de uma forma de se referir as origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres”. Neste sentido, gênero é algo performativo, uma categoria de análise que nos permite pensar as relações homem-mulher, ou seja, masculinidades e feminilidades, por meio desta dinâmica que podemos compreender a vida social em sociedade e perceber as relações sociais.

Fase ao exposto, as questões de gênero encontra-se presente tanto no ambiente de educação familiar como escolar, antes mesmo do nascimento das crianças como bem frisa Lima (2012) os pais instituídos pelo discurso do sistema vigente corroboram para conservar os princípios da moralidade e das normas. Neste sentido, o poder instituído pelo capitalismo faculta em controlar os indivíduos, seus corpos, condutas e sua sexualidade, estabelecendo o que é convencional, tolerável e adequado.

Os corpos dos sujeitos tornou-se mais do que uma representação biológica é também um campo no qual a moral se afixa e atua na produção de subjetividades, qualquer prática que rompa com os padrões sociais é vista como anormal, sob o viés de julgamentos, controle, censuras e condenações. Por isso, muitos pais já pré-determinam a diferenciação atribuídas às cores culturalmente designadas a masculinidade e a feminilidade, se a criança for do sexo masculino os brinquedos, roupas e acessórios deve ser azul, caso seja menina, tende a ser da cor rosa.

No âmbito escolar a realidade sobre as desigualdades de gênero não se diferencia da familiar, encontra-se explícita de uma forma mais perversa, tomamos como referência o pensamento de Junqueira (2015, p.13, grifo nosso) ao destacar que: “[...] usamos o masculino como gênero universal e dominante, mesmo sem nos darmos conta, estamos perpetuando e protagonizando valores, estereótipos, atividades, posicionamento etc. sexistas/patriarcais”. Diante de tais apontamentos podemos perceber que construímos uma linguagem generalista ao qual impõe o gênero masculino como uma expressão dominante.

Especificamente na escola, seja em instituições públicas ou privadas, as questões de gênero ainda é tratada com inferioridade, inclusive, a própria composição institucional se restringe em muitas vezes a explorar tal temática e disseminam posturas que alimenta a reprodução do preconceito, da estigmatização de estereótipos e da discriminação, na medida

em que prioriza comportamentos contundentes a heteronormatividade <sup>3</sup>, a hegemonia do patriarcado ou aqueles estabelecidos pela igreja, seja ela católica ou de outra dominação.

Nesta perspectiva, alguns educadores (as) atribuem classificações sociais ao remontar os papéis de gênero, como preceitua Finco (2003, p.6) há “meninos que têm vontade de brincar de casinha, brincar com boneca, brincar de salão de beleza e menina que têm vontade de subir em árvores, jogar futebol e brincar com espada e carrinho”. Em contrapartida, muitos destes (as) são reprimidos/inibidos (as) de realizar suas escolhas, já que são orientados (as) a seguir os padrões retrógrados da educação que delimita o espaço de cada gênero e a sua personificação.

Nessa conjuntura demarcam para as meninas brinquedos que reificam o enfoque a maternidade, ao cuidar das tarefas domésticas e da família (bonecas, fogões com utensílios domésticos); aos meninos são sobreposto carrinhos, bola, espada e dentre outros que influência e remete a ideologia da submissão do poder masculino sobre o feminino no status de referência aos papeis sociais de gênero situados tradicionalmente no seio da sociedade.

Para tanto, a escola da mesma forma que reproduz as estruturas da sociedade, também é produtora das desigualdades, por meio dos seus acontecimentos lúdicos de dança, teatro, esportes, nas brincadeiras ou em outras manifestações simbólicas que ocorre no referido espaço são construídos e legitimados os “papeis” de gênero .

Com isso, tomamos como base a apreensão de que as diferenças existentes na unidade escolar podem também aguçar para a sexualização das profissões. As concepções errôneas e distorcidas que são direcionadas aos educandos (as) propiciam a construírem em seu imaginário social as profissões tipicamente masculinas e femininas, de tal modo que aguçam as meninas ingressar na área de humanas já que é perceptível sua capacidade para atividades mais destinadas ao cuidar, a sensibilização, a fragilização e a comunicação. Já aos meninos acionam que devem entrar na área das exatas por representar ideologicamente a capacidade de liderança, demonstram mais raciocínio lógico e força para competição.

Diante do exposto, essa construção social de masculinidade e feminilidade determina a condição social dos indivíduos e representa um meio preponderante para o capitalismo manter sua manutenção e camuflar as desigualdades na educação.

### **3 EDUCAR EM RESPEITO ÀS DIVERSIDADES OU PARA A ORDEM DO CAPITAL? LIMITES E POSSIBILIDADES NO ESPAÇO ESCOLAR**

---

<sup>3</sup> É uma categoria de produção e reiteração compulsória da norma heterossexual que impõe os discursos para reprodução de um único gênero na sociedade. Impõe a engendrar opressão, a submissão e, sobretudo a invisibilidade da mulher na sociedade.



Como já podemos perceber nos argumentos até aqui destacados, há uma lógica dominante de exclusões e desigualdades próprias do sistema capitalista presentes nas relações sociais. Em paralelo a essa realidade o sistema educacional assume o papel ideológico de instituição a serviço do capital, a partir do momento em que vêm determinando novos traços de oposições binárias a homens e mulheres, disseminando a reprodução das desigualdades e avigorando as diferenças.

Neste contexto, Batista (2011, p. 5, grifo nosso) destaca que:

[...] a escola ‘assume’ a política neoliberal, tornando-se uma ‘indústria’ que possui como linha de produção, os níveis e modalidades de ensino, como trabalhadores assalariados e ‘alienados’, os (as) professores (as) e como matéria-prima para o produto final destinados ao mercado capitalista, educando (a).

Desse modo, as instituições de ensino abarcam as normas do capital na medida em que prescindem a educação como uma mera “mercadoria” que pode gerar lucros para o capital. É um sistema que legitima exclusões e desigualdades e ao mesmo tempo direciona o sujeito para o mercado competitivo sem ter ao menos um posicionamento crítico sobre sua realidade e sem bases de construção pessoal e social.

Contudo, a garantia de inclusão e direitos na educação ainda é insuficiente quando se tem indivíduos que não prisma pela igualdade, quando os currículos não dão abrangência para atender efetivamente a diversidade no espaço escolar.

Fase ao exposto ainda há posturas de educadores (as) que preceitua condutas reguladoras e opressoras sob seu alunado, advém à percepção de que são seres “submissos”, “receptores do conhecimento” e “passivos”, termos pejorativos que valoriza as hierarquias direcionando estes (as) a alimentar situações de poder e controle. Scott; Lewis e Liana (2009) argumentam que essa é uma concepção tradicionalista e encontra-se ligada a dicotomia do capital que caracteriza o educador (a) como um ser autoritário, dono da verdade, do saber e do conhecimento, em contrapartida a conjuntura atual, o docente deve se colocar como um mediador e articulador em sua práxis com o alunado, aquele (a) que busca uma relação igualitária e defende a escola como um espaço fértil para promover a justiça social e a democracia.

Segundo Borba e Russo (2011, p.27):

A escola deve, pois, ser um espaço de interação social e não um campo de ataque. Há que se compreender a diversidade, planejar novas formas de atuação, envolver e motivar todos os que dela fazem parte. É preciso buscar a superação das dificuldades e criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento de todos os alunos. Conceitos como conscientização, possibilidade, ruptura de paradigmas, respeito e valorização das diferenças, solidariedade, cooperação, igualdade e equiparação de oportunidades

são essenciais em uma escola que se propõe a formar alunos e alunas para o exercício da cidadania.

Assim sendo, a escola é um campo que pode identificar e orientar para prevenção de práticas injustas, como bem ressalta Junqueira (2015) deve-se romper com as desigualdades por meio de um diálogo interativo e reflexivo sobre as questões de gênero nas relações afetivo-sexuais, nas brincadeiras, na escolha da carreira profissional, em fim, no contexto social no qual os indivíduos se relacionam com o outro, para que assim possamos reduzir as expressões da violência e desigualdade de gênero contra homens e mulheres.

Há um leque de desafios impostos aos educadores (as) para educar valorizando as diferenças em seu ambiente laboral, é preciso que estes (as) se sintam preparados para abordar com fundamentação teórica sobre temáticas que englobe em sua dimensão as questões de gênero. É de fundamental necessidade a constituição de materiais didáticos nas escolas para que o corpo docente possa trabalhar com os estudantes e com a comunidade no geral a desconstruir padrões retrógrados de educação em prol de uma convivência democrática que opere mudanças de paradigmas na instituição e na sociedade.

Para educar no contexto da diversidade é primordial que as instituições de ensino públicas e privadas enquanto espaço de socialização estejam preparadas para conviver com as diferenças. Conclui-se que os (as) profissionais atuantes nesses ambientes possam acolher a heterogeneidade existente na sala de aula para que dessa forma visualizem as minorias de outro modo, garantindo um ambiente de ensino democrático no qual as diferenças não se culminem em desigualdades, marginalizações e/ou hierarquias.

Não bastarão as leis ou políticas públicas eficazes enquanto não houver também transformações individuais e coletivas na mentalidade e no meio social dos sujeitos. É importante que a comunidade em geral lute para exigir uma educação igual para todo cidadão (a), para isso, o Estado e suas instituições devem implementar políticas e ações de combate as desigualdades de gênero nas universidades, escolas e em cursos preparatórios, já que todas essas unidades prescindem em perpassar conhecimentos, somente por meio de uma luta da coletividade que poderemos corromper com as práticas vigentes de desigualdades nos ambientes educacionais.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Debater sobre a relação de gênero e educação significa refletir sobre as relações das práticas de ensino cotidianas, desconstruindo significados alienantes e redescobrimos novos

valores como a ética, o respeito mútuo ao outro, são possibilidades prementes para que as práticas de imposições ideológicas destacadas no decorrer desta pesquisa sejam revistas e (re) avaliadas pela comunidade escolar e familiar.

A escola como um espaço transformador de construção da cidadania e formação dos cidadãos (as) deve disseminar aquilo que é justo para que o alunado desenvolva comportamentos que visem à desconstrução do preconceito, da discriminação e desigualdade entre os gêneros. Identificar e compreender as pluralidades que permeia o cotidiano escolar é um dos primeiros passos para que possamos reconhecer a necessidade premente de aceitar as diversidades de gênero e desconstruir todo o aparato de desigualdades, para a construção de uma sociedade para além do capital.

Contudo, a prática de ensino corrobora com as contradições do sistema capitalista, uma vez que no contexto da sociedade de classes a educação continua desempenhando a sua função de disseminar conhecimentos, valores, regras, comportamentos a todos os sujeitos, no entanto, essa transmissão é sucedida sob o interesse da classe burguesa.

Nessa direção, podemos perceber que essas contradições são fundadas em três matrizes, a primeira concebe a educação como função materialista, isto é, visa formar educandos (as) para o mercado de trabalho sem ter uma reflexão do seu meio social; a segunda assume o papel de desmarcar suas regras aos sujeitos de acordo com o seu contexto biológico, classificando-os e atribuindo diferenças de valores que culminam em subalternizar uns e privilegiar outros. Por fim, a última função abarca o papel ideológico de impor valores burgueses e legitimar as desigualdades de classes no ambiente escolar.

Neste sentido, a educação encontra-se paralelamente atrelada ao sistema vigente atendendo as necessidades do capital em seu processo de acumulação e ampliação. A tendência do capital em desenvolvimento é duplicar as desigualdades e expandir a economia mercantil, assim sendo, uma grande parcela da população vive em condições de extrema pobreza sem usufruir dos mínimos direitos, enquanto a outra desfruta de toda riqueza produzida e têm mais oportunidade na vida social.

Com efeito, devemos resistir de modo ativo através de lutas prementes contra essa ordem vigente que sobrepõe uma educação desigual, isso só será possível se essa luta estiver em consonância a um projeto de classe e sociedade que contemple a educação de modo igualitário, livre de práticas sexista, preconceituosas e patriarcais. Sendo assim, é de suma importância que as instituições introduzam propostas pedagógicas de socialização de conteúdos que contemple a cidadania e os direitos humanos, especialmente no ensino básico. Nesta direção, deve envolver o alunado para a convivência com as múltiplas diversidades que

permita explorar o mundo diversificado do seu próximo na perspectiva de contribuir para a formação de uma sociedade mais igualitária e justa.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, F. A. B. A relação entre educação e capitalismo: o aluno como “produto” da “indústria” escola. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, Curso de Pedagogia, n. 10, jan./jun. 2011.

BORBA, J. F; RUSSO, M. J. de O. Contradições na escola: a violência no lugar do desenvolvimento humano. **Revista Múltiplas Leituras**, v.4, n.2, p. 25-39, 2011.

FINCO, D. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Pro- posições**, v. 14, n. 3 (42), set./dez., 2003. 89-101p.

JUNQUEIRA, Telma Low Silva; LIMA, Nadia Regina Loureiro de Barros; LOPES, Regina Trindade. (Orgs.). **Módulo 2: Gênero**. Livro conteúdo. Universidade Federal de Alagoas – Especialização em gênero e diversidade na escola, Maceió: CIED/EDUFAL, p.1-20, 2015.

LIMA, J. R. de. O desafio da escola em trabalhar com a diversidade. **Revista Memento**. v.3, n.1, jan./jul.2012. Revista do Mestrado em Letras, Linguagem, Discurso e Cultura-UNINCOR. ISSN 1807-9717.

PINTO, A. de C. Unidade 1: Ciência , pesquisa e metodologia. In: LIMA, Walter Matias; MOREIRA, J. E. L.; PINTO, A. de C. (Orgs.). **Módulo 6: Metodologia de pesquisa**. Livro conteúdo. Universidade Federal de Alagoas – Especialização em gênero e diversidade na escola, Maceió: CIED/EDUFAL, p.7-27, 2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SCOTT, J.W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, jul.-dez., p. 71-99, 1995.

SCOTT, P; LEWIS, L; QUADROS, M. T. de (Orgs.). **Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões para a formação docente**. Publicações Especiais do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, FAGES. Universidade Federal de Pernambuco. Editora Universitária UFPE, Recife, 2009.